

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.991 - DF (2019/0185469-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : REBECA COELHO DALL ASTTA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADOS : GUILHERME SILVEIRA COELHO - DF033133
VINICIUS SILVA CONCEIÇÃO - DF056123

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por REBECA COELHO DALL'ASTTA contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E DO CONSUMIDOR. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. PROCEDIMENTO DE PARTO. FETO PORTADOR DE CARDIOPATIA GRAVE. TRATAMENTO EMERGENCIAL. RISCO DE MORTE. RECUSA INDEVIDA DA OPERADORA. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE CARÊNCIA. LEI Nº 9.656/98. CONDUTA ABUSIVA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO.

1. O art. 35-C da Lei nº 9.656/98 determina a obrigatoriedade da cobertura de atendimento para os casos de emergência, uma vez que implica risco imediato de vida para o paciente, de modo que, sendo o caso de emergência ou urgência no tratamento, a lei não limita o período de atendimento, mas apenas estabelece o período máximo de carência, a saber, 24 horas, a teor do disposto no art. 12, V, da referida lei.

2. A recusa pelo plano de saúde em autorizar a realização de parto em clínica especializada em cardiopatias neonatais, conforme recomendação médica, configura conduta abusiva e indevida capaz de ensejar reparação por dano moral, seja de ordem objetiva, em razão da violação ao direito personalíssimo à integridade física (artigo 12 do Código Civil), seja de ordem subjetiva, decorrente da sensação de angústia e aflição psicológica em situação de fragilidade já agravada pela gravidez e pela doença do feto.

3. O valor fixado a título de compensação por danos morais, em que pese a falta de critérios objetivos, deve ser pautado pela proporcionalidade e razoabilidade, além de servir como forma de compensação ao dano sofrido e de possuir caráter sancionatório e inibidor da conduta praticada. Dessa forma, o montante arbitrado deve ser reduzido se extrapolar os referidos parâmetros.

4. Apelação conhecida e parcialmente provida" (fls. 258-259 e-STJ).

Não foram opostos embargos de declaração.

No recurso especial, foi alegada violação dos artigos 12, 186 e 927 do Código Civil ao fundamento de que o valor da indenização por danos morais foi fixada em valor irrisório.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 297-315 e-STJ), o recurso foi

Superior Tribunal de Justiça

inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não prospera no tocante ao valor fixado para fins de compensação por danos morais, a Corte estadual, ao concluir pela redução do *quantum* decidido pelo juízo singular, incursionou detalhadamente na apreciação do conjunto fático-probatório, conforme se extrai da leitura do voto condutor, merecendo destaque o seguinte trecho:

"(...)

No que diz respeito ao quantum indenizatório do dano moral em questão, a quantia estipulada merece reforma.

Em que pese a falta de critérios objetivos, a fixação do montante compensatório deve ser pautada pela proporcionalidade e razoabilidade, de sorte que a quantia definida, além de servir como forma de reparação do dano, deve ter caráter sancionatório e inibidor da conduta praticada.

Assim, além da análise do evento causador do dano, a condenação deve se amparar nas circunstâncias do caso, na capacidade econômica do ofensor e no efeito pedagógico da condenação, servindo como desestímulo à prática de novas condutas lesivas, sem que se caracterize o enriquecimento sem causa para o autor.

Nesse quadro, a fixação da indenização na quantia de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) à autora revela-se desproporcional. Destarte, tendo em vista a liminar deferida, a realização do parto e a continuidade do tratamento do filho da apelada conforme suas necessidades, verifica-se que o valor anteriormente arbitrado ultrapassa o limite da devida compensação pelos danos causados aos direitos da personalidade da apelada, o que impõe a sua redução ao patamar de R\$ 10.000,00" (fl. 272 e-STJ).

Assim, rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, procedimento inviável em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

Ademais, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o tribunal de origem a determinada conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PRISÃO INDEVIDA. DANO

Superior Tribunal de Justiça

MORAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 284/STF. VALOR DE INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. A parte, nas razões do recurso, limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

2. Apenas em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado na origem, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça permite o afastamento do óbice da Súmula 7 do STJ. No caso dos autos, verifica-se que o quantum estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em Recurso Especial.

3. Recurso Especial não conhecido" (REsp 1.788.336/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 1º/7/2019).

Ante o exposto conheço do agravo para não conhecer do recurso especial

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator